

Para empresário, o texto tem Aids

O presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antonio de Oliveira Santos, comparou a Constituição que está sendo elaborada pelo Congresso com uma mulher nova, contaminada com Aids. "Com uma mulher velha a gente até pode transar e formar uma família, mas a nova não dá, está com Aids e com ela você vai emagrecer, ficar fraco, empobrecer e acabar morrendo", disse ele.

Na opinião de Oliveira Santos, esta era a sensação que ele e muitos empresários estavam tendo ontem antes da aprovação do texto-base da Constituição. Perguntado por um repórter quem havia contaminado a Constituinte com Oliveira Santos respondeu que era um conjunto de desinteressados pelos reais objetivos do País. Após a frase lacônica, ele começou a enumerar os prejuízos que o Brasil terá.

"A quantidade de horas que se vai trabalhar daqui para frente nesse País será muito menor do que a que se trabalhava até então. Com isso, os encargos trabalhistas serão muito maiores. O direito de greve será de tal ordem que ninguém vai ter confiança em investir no País. O capital estrangeiro está sendo discriminado; enfim, esse conjunto de fatores faz com que a gente acredite mais na velha do que na nova", afirmou Oliveira Santos, justificando a comparação da Constituição com as duas mulheres.

Para ele, essas questões são responsáveis por uma expectativa de apreensão, introduzida na sociedade, que acaba atrapalhando a situação econômica do País. "A expectativa que ela gera faz com que a economia seja prejudicada", previu ele. Oliveira Santos, embora mostrando pessimismo com os rumos traçados para a economia brasileira pela Constituinte, afirmou que a inflação de julho deverá se estabilizar no patamar previsto pelo próprio Governo, em torno de 23,5% — uma das maiores que o Brasil já teve.

"Ela chegou a um patamar do qual, eu acredito, não deverá passar. Até porque chega-se a um ponto de exaustão de aumento de preços e salários que o índice inflacionário começa a baixar por falta de resistência", analisou Oliveira Santos. Ele também garantiu que durante o encontro que manteve ontem com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, foi-lhe garantido que o Governo não adotará nenhum plano de emergência para reduzir a inflação, devendo permanecer na atual política do feijão com arroz.



Oliveira Santos

Nova jornada aumenta custo do transporte

A manutenção de algumas novas obrigações trabalhistas determinadas pela Assembleia Nacional Constituinte terá grave repercussão nas tarifas de transportes urbanos praticadas no País. De acordo com as análises técnicas realizadas pela Associação Nacional de Transportes Urbanos (NTU), o maior problema está relacionado com o estabelecimento de um turno máximo de 6 horas para a jornada de trabalho ininterrupta, que representaria um aumento de 20,75% nos preços das passagens dos ônibus.

O alerta da NTU foi apresentado a todos os constituintes em Brasília, através de estudo encaminhado pelo presidente da entidade, Clésio Andrade. Baseado nos estudos técnicos, ele afirma que as empresas de transportes urbanos terão suas folhas de pagamentos aumentadas em mais de 33,6% somente com a adoção do turno de 6 horas. "Como as empresas de transportes urbanos são grandes empregadoras, o custo da mão-de-obra tem grande participação na tarifa. Essa medida traria um aumento de 20,75% sobre os valores que estiverem em vigor no momento da promulgação da nova Constituição".

Para Clésio Andrade, a NTU tem a obrigação de esclarecer os constituintes sobre as consequências da imposição de novas obrigações trabalhistas às empresas.



Passeata no ABC reclama manutenção de conquistas

Metalúrgicos vão à rua por direitos

Da Sucursal

São Paulo — Cerca de quatro mil metalúrgicos e aposentados dos municípios de São Bernardo e Diadema realizaram ontem uma passeata na Via Anchieta — rodovia que liga a capital paulista ao litoral — com a intenção de pressionar os constituintes para que garantam na votação do segundo turno as conquistas sociais já obtidas. A passeata saiu às quatro e meia da tarde do portão da fábrica da Volkswagen e foi tomando corpo à medida que passava em frente a outras fábricas, como a Brastemp, Mercedes Benz e Scânia. A polícia acompanhou a movimentação de longe, limitando-se a obstruir o trânsito, à medida em que a passeata se dirigia ao centro de São Bernardo, onde realizaram um ato público no Paço Municipal.

Os manifestantes portavam dezenas de faixas com slogans referentes às conquistas sociais asseguradas no primeiro turno, entre elas o direito de greve, a licença-maternidade, os direitos dos aposentados. Gritavam em coro palavras de ordem como "abaixo a inflação, queremos nosso pão". O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Vicente Paulo da Silva, o "Vicentinho" que conduziu a passeata

de cima do caminhão de som, disse que "as pequenas conquistas obtidas têm que ser garantidas". Para ele, se os direitos do trabalhador forem derrubados no segundo turno, uma reação "sem precedentes" será desencadeada.

O líder sindical afirmou que um grupo de trabalhadores tentou um contato com os deputados federais Felipe Cheide e Tito Costa para persuadi-los a votar pela aprovação dos direitos sociais e foram recebidos por guardas armados com revólveres e metralhadoras. Durante o ato público os dois parlamentares eram citados constantemente como "traidores". Outros líderes sindicais como o ex-deputado federal e candidato a vice-prefeito de São Bernardo do Campo, pelo PT, Djalma Bom, tentaram evitar o esvaziamento da manifestação, que não resistiu ao cansaço de duas horas e meia de passeata sob um frio de 10 graus. "Ingovernável o país estará enquanto esse governo corrupto, ilegítimo e espúrio que está aí, permanecer", dizia o ex-deputado aos manifestantes. Estavam presentes ainda o presidente da CUT da Região do ABC, Agenor Narciso, e o Frei Beto, ligado às atividades dos sem-terra e presente em todas as manifestações sociais.

Trabalhador faz vigília

Depois de reunirem-se em plenária durante toda a tarde de ontem, 78 entidades de trabalhadores, que congregam a Frente Nacional de Entidades Sindicais, Democráticas e Populares, decidiram permanecer em assembléia permanente aqui em Brasília. No final da tarde alguns representantes da categoria, incluindo o presidente da CUT — Central Única dos Trabalhadores —, Jair Meneguelli, dirigiram-se até a sala do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), para entregar-lhe documento que enfatiza a deliberação dos trabalhadores em patrocinar uma mobilização na-

cional na defesa dos avanços na Constituinte.

O discurso em cadeia de rádio e televisão do presidente José Sarney e a movimentação dos grupos conservadores de parlamentares foram considerados como "enorme operação de guerra contra o reconhecimento dos direitos sociais mínimos na nova Constituição". A plenária ressalta, ainda, que a campanha "deflagrada pelos empresários, pelas multinacionais e pelo Governo Sarney ao custo de milhões de cruzados, falsifica números e mente sobre o real alcance" das medidas de interesse do trabalhador, listadas em 18 itens.

Carta une empresa 100% brasileira

Desde ontem as empresas brasileiras de capital exclusivamente nacional têm uma entidade para defender seus interesses. E a Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional (Cebracan), que já nasce reunindo cerca de 30 grupos e associações, que representam milhares de empresas do País inteiro. A Cebracan vai trabalhar, neste segundo turno, ao lado da Frente Parlamentar Nacionalista para manter o texto aprovado sobre Ordem Econômica no primeiro turno. Promulgada a nova Constituição, o trabalho da Câmara continua com o acompanhamento da votação da legislação ordinária.

A Cebracan surgiu da constatação, durante os trabalhos constituintes, de que o empresariado nacional não estava representado pelas associações de classe que se diziam suas porta-vozes, como a Fiesp, a Confederação Nacional do Comércio e a Confederação Nacional da Indústria. "A formação da Cebracan deve-se a uma exigência da sociedade brasileira, porque nenhuma entidade de classe está realmente apta a do-

empresariado nacional", diz o manifesto de criação da entidade.

Os fundadores da entidade esclarecem que os empresários brasileiros não querem banir as multinacionais do País, mas defendem o princípio aprovado no primeiro turno de que as empresas nacionais terão preferência na aquisição de bens e serviços pelo poder público. Eles também estão dispostos a lutar pela permanência no texto, das proteções e benefícios aprovados para as empresas que desenvolvam atividades imprescindíveis para o desenvolvimento da Nação. "E o mínimo que se pode esperar que os políticos brasileiros façam por seu País", declara o manifesto.

O deputado Nelton Friedrich (PSDB-PR), da Frente Parlamentar Nacionalista, considera muito saudável o surgimento da Cebracan. "É preciso preservar o mercado interno porque ele é garantia de instituições democráticas duradouras, ao minimizar os antagonismos internos e defender o princípio da eficiência e da competitividade", afirma Friedrich.